

POLÍTICA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: AVALIAÇÃO DOS SEUS IMPACTOS IDEOLÓGICOS E POLÍTICOS NOS TRABALHADORES DA RMR¹

Autora: Creusa da Silva Melo
Mestranda em Serviço Social - UFPE

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo analisar os impactos ideológicos e políticos da Política Nacional de Economia Solidária nos trabalhadores da Região Metropolitana do Recife (RMR). É um recorte do projeto de pesquisa: “Avaliação dos Impactos Sócio-Econômicos dos Empreendimentos Solidários em Pernambuco²”, que tem como principal objetivo, avaliar os impactos sociais e econômicos dos empreendimentos econômicos solidários no cotidiano da vida dos participantes e seus rebatimentos nos indicadores sócio-econômicos do local. Trata-se de associações e cooperativas que estão inseridas na Política Nacional de Economia Solidária ou ainda, daqueles que existem e organizam a sua produção, pelo menos em tese, seguindo a linha da cooperação solidária.

Parte-se do pressuposto de que a vivência e concretização dos princípios que norteiam a chamada economia solidária, bem como a participação política dos trabalhadores nos empreendimentos econômicos solidários se apresentam como elementos constitutivos de uma forma de organização da produção que pretende se diferenciar daquela presente no sistema de produção capitalista. Sendo assim, buscamos com este trabalho analisar as possíveis mudanças político-ideológicas nesses trabalhadores tendo como referência a sua atuação e consciência política na realização do seu trabalho no empreendimento, em suas diferentes modalidades, sejam cooperativas, associações, sindicatos, grupos informais, ONGs, entre outros.

¹ Trabalho adaptado a partir das análises do anteprojeto de mestrado defendido por ocasião da seleção para o Programa de Pós-graduação em Serviço Social – UFPE em 2010.

² Projeto desenvolvido no Estado de Pernambuco no qual trabalhamos como bolsista de IC, coordenado pela Professora Dr^a Ana Cristina Brito Arcoverde do Departamento de Serviço Social – UFPE.

Entendemos por impactos ideológicos e políticos aqueles que incidem diretamente sobre as mudanças de percepção, nível de empoderamento e politização do sujeito, medido através da capacidade de participação política na comunidade ou em outros espaços de atuação política. Neste sentido é possível dizer que os impactos ideopolíticos são aqueles relacionados com a dimensão subjetiva do impacto (Stephanou & Cardoso, 2005). Ou seja, a identificação de mudanças de espírito, percepção da realidade, visão de mundo, consciência e ação política. Sua medição se dá sobre o que o sujeito pensa a respeito da ação desenvolvida, sobre os benefícios recebidos e sobre a realidade que o rodeia.

A compreensão do termo ideologia adotada neste trabalho é de que ela está no campo das simbologias, valores, visão de mundo, desejos, posturas pessoais, aspirações e intenções. Como coloca Marcondes Filho (1997) a ideologia possui uma capacidade de mobilizar as pessoas impelindo-as para a ação, seja no campo da política, da religião, da filosofia, do trabalho, etc.

Buscamos na nossa análise ultrapassar a discussão da ideologia como caráter exclusivo de falseamento da realidade conforme compreendida por Marx ainda na sua obra *A Ideologia Alemã* e por outros autores marxistas. Mas trazê-la para os dias atuais com um aspecto dialético entendendo que como não há nada consensual na sociedade e que a realidade é dinâmica e contraditória, não seria mais possível fazer uma análise fechada da ideologia como sendo apenas presente na classe dominante da sociedade relativa à formação da classe burguesa e exclusiva desta classe.

Segundo Chauí, a ideologia é o processo pelo qual as idéias da classe dominante se tornam idéias de todas as classes sociais e se tornam idéias dominantes. Ela resulta da prática social, nasce da atividade social dos homens no momento em que estes representam para si mesmos essa atividade. Esta dominação que parte do plano econômico, também se realiza no plano político, cultural, social e espiritual, das idéias. Há, portanto, a criação de universais abstratos, pelos quais todas as classes passam a entender as idéias particulares de uma classe como universal para todos os membros da sociedade. (p. 36).

A ideologia é ainda segundo Chauí (1980), produzida em três momentos fundamentais: 1) se inicia por um conjunto de idéias sistemáticas que uma classe em ascensão produz para que possa aparecer como representante dos interesses de toda a sociedade. Produção de universais. 2) ela se populariza e continua se

consolidando socialmente, sendo incorporada através de suas idéias e valores nas classes não dominantes. 3) mesmo que a classe dominante seja percebida como tal pelos dominados, essa percepção não afeta a aceitação das idéias, pois uma das funções da ideologia consiste em separar os indivíduos dominantes e as idéias dominantes, fazendo com que apareçam como independentes uns dos outros. (p. 39 – 42).

Segundo SILVA (1982), Na sociedade dividida em classes podem ser destacadas uma classe dominante e uma classe dominada, o que cabe distinguir, uma ideologia dominante e uma ideologia dominada, que nem sempre torna-se consciente para os que constituem a classe dominada. (p.33, grifos nossos). A classe como tal depende de sua identificação consigo mesma e da sua diferenciação das demais, da sua consciência e da sua ação organizada. (p.33). É indispensável pensar a ideologia dentro de uma formação social e em vinculação com as relações entre as classes sociais. Eliminando-se qualquer destas relações, elimina-se a possibilidade de entender a ideologia e a sua influência na formação, na manutenção e na transformação da sociedade. (idem).

Diante do exposto ficam as interrogações: a organização dos trabalhadores em empreendimentos econômicos solidários ou outras formas de livre associação são reflexos da alienação produzida pela ideologia burguesa no atual estágio do sistema capitalista? Pode se dizer que os trabalhadores envolvidos nas ações da economia solidária são membros da classe trabalhadora que segundo (Tavares, 2008, p. 35) se encontra defensiva, amedrontada pela imediatividade da sobrevivência, sujeita a baixos salários e a relações de produção aviltantes, desprovidas de proteção social? A organização política e social da comunidade é condição fundamental para o desenvolvimento local? Qual seria então o papel da política de economia solidária empreendida no país na garantia de trabalho, renda para a população alijada do mercado formal de trabalho?

Tais indagações, a nosso ver, requerem estudos e avaliações na área da política de economia solidária. Sabendo que a prática de avaliação de políticas e programas sociais no Brasil, ainda é muito restrita e é mais aplicada como instrumento de controle de gastos do que para reinvestir ou qualificar os programas em desenvolvimento. É de extrema relevância que a avaliação seja utilizada como instrumento eficaz, capaz de subsidiar o controle social das políticas sociais enquanto geradoras de impacto visível e mensurável,

modificando as condições de vida da população.

Entendemos que uma proposta de avaliação deve ser reconhecida como uma ação política que opera com antagonismos e contradições entre os sujeitos envolvidos e identifica nos diferenciados ambientes e contextos sócio-históricos, políticos e econômicos, influências determinantes do processo avaliativo (Silva, 2008). Neste sentido, Ozanira (2008) reforça que a avaliação de políticas e programas sociais deve ser percebida na relação dialética de duas dimensões a ela inerentes: a dimensão técnica e a dimensão política. A política é direcionada por intencionalidades, e por um conjunto de procedimentos científicos que a qualifica como geradora de conhecimento. (p.89). Assim como contribui para garantir a efetivação e universalização dos direitos de cidadania. Mas essa contribuição só se realiza quando os resultados por ela produzidos servem para instrumentalizar a população nessa luta por cidadania.

A autora afirma ainda que “falar de política é falar de diversidade e contradição” e que esta serve a interesses contraditórios que ora se situam no campo do capital, ora se situam no campo do trabalho. (p. 90). A proposta da avaliação na perspectiva de cidadania se coloca no contexto de crise e reforma do Estado onde o neoliberalismo impõe o mercado como organizador do processo social. (GOMES, p. 26 in Silva 2001). Conforme coloca Silva (2008) o Estado passa de interventor (executor) para financiador (regulador). A consequência desse novo modelo de Estado é a transferência da execução dos programas sociais para as organizações da sociedade civil. (p.109).

Segundo Ozanira (2008) a avaliação tem três dimensões; a técnica, a política e ainda a acadêmica. A função técnica está em fornecer subsídios para correção de desvios no decorrer do processo de implementação, na indicação da medida em que ocorreram os objetivos e mudanças além de subsidiar a elaboração ou redimensionamento de políticas, programas e projetos. Já a função política oferece informações para sujeitos sociais fundamentarem lutas sociais no campo das Políticas Públicas, o controle social. E a função acadêmica procura desvelar as determinações e contradições presentes no processo das políticas públicas, evidenciando os significados mais profundos dessas políticas, ou seja, a sua essência, para a construção do conhecimento.

Compreendida enquanto instrumento político, tem sido muito utilizada também por profissionais de Serviço Social, aliás, é o viés da avaliação que mais

interessa aos profissionais desta área, o seu caráter político. Como Ozanira vem abordando em suas obras, a avaliação tem sido grande aliada para o controle social no sentido de cobrar do Estado ações eficazes, efetivas e eficientes ao enfrentamento dos vários problemas sociais sobre os quais as políticas sociais atuam.

ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL

A economia solidária ressurge no Brasil e em outros países como alternativa de defesa dos trabalhadores às conseqüências do aniquilamento dos seus postos de trabalho formal trazido pelo neoliberalismo ainda na década de 80, dentro de um processo maior de reestruturação da produção capitalista e de reforma do Estado. Diante da política de privatizações iniciada ainda no Governo Collor e acirrada nos governos de Fernando Henrique Cardoso, e também pelo incentivo que se deu às demissões coletivas e ao empreendedorismo, os trabalhadores não tinham muitas opções senão buscar novas formas de sobrevivência dentro do sistema capitalista e uma delas foi investir em atividades solidárias e empreendedoras, abrindo muitas vezes um “negócio próprio”. (ARROYO E SCHUCH, 2006).

Na concepção de SANTOS (2002, p.87) a economia solidária

[] só se viabiliza e se torna uma alternativa real ao capitalismo quando a maioria da sociedade, que não é proprietária de capital, se conscientizar de que é de seu interesse organizar a produção de um modo em que os meios de produção sejam de todos os que os utilizam para gerar o produto social.

Da mesma forma acredita SINGER (2002) que a economia solidária é mais do que mera resposta à incapacidade do capitalismo de integrar em sua economia todos os membros da sociedade que precisam de trabalho (...) ela poderá ser uma alternativa superior ao capitalismo como foi pensada em seus primórdios. Também GAIGER (2004), comunga com esta perspectiva sendo apenas um pouco mais racional quando afirma que os empreendimentos econômicos solidários garantem inserção pelo trabalho, alimentam os mercados locais,

formam lideranças e dinamizam os circuitos de mobilização social.

Tendo em vista, a incipiente institucionalização da economia solidária e a mobilização de parcelas da sociedade que acreditavam na iniciativa da economia solidária é que a mesma recebeu o status de política pública com a criação da recente Secretaria Nacional da Economia Solidária (SENAES) ligada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) em 2003. De acordo com Paul Singer, nomeado secretário desta secretaria, esta mobilização partiu da Igreja, dos sindicatos e de algumas universidades que junto ao Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, a partir de 2001, já discutiam estratégias de combate à fome e à miséria.

Também o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) é uma organização/articulação que participa do processo de organização dos trabalhadores dentro das iniciativas da economia solidária bem como da institucionalização da política. O FBES foi criado durante a realização do I encontro Nacional dos empreendimentos de economia solidária, em agosto de 2003, e trabalha articulado a três segmentos da sociedade. Ou seja, empreendimentos da economia solidária, entidades de assessoria e fomento e os gestores públicos. (PEDRINI & OLIVEIRA, 2001, p. 116).

O PT segundo Singer: *“amadurecia a consciência da necessidade de respostas originais efetivas à ofensiva neoliberal, que parecia ter varrido do horizonte qualquer alternativa progressiva à volta do capitalismo selvagem que abarcava o mundo”*. É nesta mesma época que se acirram as iniciativas das políticas de renda mínima e da política de fomento à economia solidária. No Brasil, são os Estados do Rio Grande do Sul e de São Paulo, Bahia e, em seguida, Pernambuco, que desenvolveram políticas estaduais na área da economia solidária.

A SENAES passa então a desenvolver ações, chamadas por Singer de políticas, que variam desde a formação das pessoas em economia solidária até o mapeamento da economia solidária que gerou recentemente o Atlas da economia solidária no país em 2007. Neste sentido existe hoje um Sistema Nacional de Informação em economia solidária (SIES), o qual serve de base de dados para consultas, novas pesquisas na área e etc.

A economia solidária se assenta nos princípios da autogestão, solidariedade, cooperação, igualdade, reciprocidade, livre adesão, respeito ao meio ambiente e ao ser humano entre outros. Por conta desses princípios é que

alguns defensores da mesma a colocam como um modo de produção que pretende se diferenciar das normas e da ética capitalista³. Neste aspecto a economia solidária sofre mais críticas já que até então o máximo que ela conseguiu enquanto política e enquanto relação de produção foi possibilitar o acesso à renda e ao trabalho, ainda que precário e insuficiente, para garantir a reprodução do trabalhador e de sua família de modo satisfatório.

Particularmente compactuamos com aqueles autores que concebem a economia solidária como uma iniciativa que tenta suprir o problema da exclusão e dos processos excludentes, a crise do trabalho assalariado de modo que ultrapassa os limites da prática econômica e social⁴. (Arcoverde, 2009, *et al*, p. 18). A hipótese é de que há uma filosofia e um modo de vida, ou ainda uma aspiração de uma realidade ainda inexistente, presentes nos seguidores da economia solidária que se diferenciam da ética capitalista ou pelo menos pretendem teoricamente mesmo que não objetivem em toda a sua prática tal ação. Tal afirmativa se assenta na observação em pesquisas realizadas anteriormente, de que há uma permanência e uma constância na participação desses trabalhadores nos empreendimentos e na vida política da comunidade. Há uma utopia em última instância, a possibilidade da propriedade, do emprego e da melhoria de vida, que faz com que os trabalhadores permaneçam na economia solidária mesmo sem ter as suas necessidades de reprodução satisfeitas imediatamente.

METODOLOGIA DE TRABALHO⁵

Para a construção desse trabalho e apropriação inicial da temática do projeto em questão, fizemos uma ampla pesquisa bibliográfica, leitura de artigos e notícias retirados da internet e de revistas impressas, além de contato por telefone e e-mail com os/as trabalhadores/as dos empreendimentos pesquisados até o momento.

Por tratar-se de pesquisa que visa avaliar impactos, buscamos em alguns

³ Entre eles: Gaiger (2002), Singer (2002), Boa Ventura de Souza Santos (2002).

⁴ Entre eles Genauto França e Carolina Andion.

⁵ Os resultados aqui apresentados são referentes a pesquisa de campo realizada em 2009 e compuseram o relatório final com os dados da pesquisa apresentados no XVII CONIC – UFPE.

autores que tratam deste tema, o embasamento necessário ao desenvolvimento do trabalho. Uma vez que se trata de um fenômeno ainda pouco pesquisado e por não haver uma vasta produção teórica a seu respeito, nos propomos a fazer estudo exploratório do fenômeno (Richardson, 1999).

Utilizamos-nos de dados primários e secundários oriundos de outros projetos realizados anteriormente e de outras fontes como os sites oficiais do Governo e principalmente da Lista dos empreendimentos econômicos solidários do Sistema de Informação em Economia Solidária (SIES) e da base de dados cedida pela OCB/SESCOOP/PE. Após a obtenção desses dados fizemos uma análise qualitativa e quantitativa dos mesmos evidenciando aquelas questões mais pertinentes para a discussão do objeto estudado.

Do universo de 540 empreendimentos cadastrados no banco de dados da pesquisa foram visitados 69 deles (escolhidos por amostra aleatória simples e estratificada posteriormente) e entrevistados também 69 trabalhadores/as integrantes destes empreendimentos que têm como lócus de suas atividades a Região Metropolitana do Recife (RMR), em 13 dos 14 Municípios da região. A coleta de dados foi feita através de um questionário semi-estruturado.

RESULTADOS E DISCUSSÃO: principais considerações

A partir dos dados coletados na pesquisa de campo é possível apresentar que dos 69 empreendimentos pesquisados, 17 são associações, 25 são cooperativas, 21 são grupos informais, 03 são ONGs e 03 são de outra natureza, como OCIPs, Centros Sociais, Círculos de discussão. Os dados mostram que 75% ou seja, 52 das unidades visitadas desenvolvem suas atividades e tem seu campo de atuação exclusivamente na zona urbana. Já 20,5 % (14) deles atuam tanto no rural como no urbano e apenas 4 % (3) têm sua área de atuação voltada para a zona rural especificamente.

Quando perguntados sobre as contribuições que o empreendimento trouxe para sua vida profissional, pessoal, familiar e na sociedade, os trabalhadores expõem diversas respostas que variam desde o crescimento profissional, pessoal e na convivência familiar até os acréscimos de bem-estar e acesso à educação por meio de cursos e capacitações que para muitos deles só pode ser

proporcionado pelo fato de estarem vinculados ao empreendimento.

Os dados da pesquisa mostram que no campo profissional, 50 dos entrevistados declararam que o empreendimento trouxe contribuições para suas vidas. A maioria das respostas aponta para melhorias ou acréscimos profissionais como: crescimento profissional, aumento na responsabilidade, acesso ao primeiro emprego, capacidade de planejar metas e aprender novas atividades, aumentou a capacidade de liderança, organização e contato com o público. Outros declaram ter realizado uma atualização profissional na esfera contábil com relação ao aumento de taxas e leis. Alguns ainda respondem evasivamente que mudou muito, mas não conseguem expressar o teor da mudança. É comum a declaração do tipo: *“Mudou muito. Aprendi a costurar fazer bonecos, fiz cursos de artesanato, corte e costura”* e há ainda o aperfeiçoamento profissional que também foi apontado como contribuição. Conforme declara outra participante da pesquisa: *“Adquiri mais experiência, aprendi costurar em várias máquinas, preendi a gerenciar e organizar o grupo”*.

Para alguns participantes o acesso ao primeiro emprego proporcionado pelo empreendimento e a possibilidade de se profissionalizar em uma área aparecem como principais contribuições. Já outras pessoas entrevistadas falam da sua realização profissional e da oportunidade de poder participar de capacitações sobre o cooperativismo e economia solidária. Atividades estas que permitem o incentivo a outras pessoas trabalharem de modo solidário. Ainda há aqueles que destacam o aumento de conhecimento e de sua auto-estima profissional no desenvolvimento de suas atividades.

Quando se tratam das contribuições na sua vida pessoal, relacionamos as respostas e com elas temos que 64 pessoas percebem contribuições do empreendimento para sua vida pessoal por vários aspectos. E as justificam por diversas causas, sobretudo aquelas que se relacionam com a mudança de comportamento, de consciência e esclarecimento dos direitos e de aumento da rede de relacionamentos. Para 24 das pessoas entrevistadas a principal mudança foi no jeito de ser; de se comportar, de ver as pessoas, ou seja, de percepção da realidade. Da necessidade de mudar para se relacionar melhor com as pessoas e se desenvolver pessoalmente.

Os acréscimos destacados na fala das pessoas são: o amadurecimento muitas vezes através da dificuldade e do sofrimento, o aumento de bem-estar e

da saúde trazidos pela atividade desenvolvida no empreendimento. Há, no entanto que colocam suas respostas muito mais no plano subjetivo da melhoria de percepção da realidade, pelo fato de ter aprendido a construir opiniões de ficar mais esclarecida, compreensiva e de valorizar mais o próximo (os companheiros de trabalho e as pessoas de um modo geral). Outros ainda declaram que desenvolveram a consciência sobre o consumo e aumentaram o seu conhecimento de um modo geral.

Também no aspecto familiar, a maioria dos entrevistados, 55 deles perceberam algum tipo de contribuição do empreendimento. Entre elas ganha destaque as melhorias na convivência e no bem-estar da família apontadas por 17 dos entrevistados. Outros ainda evidenciam o acréscimo nos conhecimentos da economia solidária, sobre o consumo consciente e sobre a responsabilidade ambiental. Deste modo é perceptível pela pesquisa realizada que de um modo ou de outro a grande parte dos trabalhadores envolvidos nos diversos ramos de atividade dos empreendimentos levam para dentro de casa os conhecimentos adquiridos e acabam influenciando os outros membros da família desenvolvendo desta maneira na maior parte dos casos mudança no agir dessas pessoas.

Fica evidente pelos resultados que 06 pessoas entrevistadas não percebem nenhum tipo de contribuição para sua vida profissional enquanto 06 delas não percebem essas contribuições no campo pessoal e na esfera da família, 14 dos entrevistados negam ter o empreendimento, trazido qualquer contribuição para melhoria de vida e de relacionamentos. Já para a sociedade 66 das pessoas entrevistadas percebem algum tipo de contribuição do empreendimento para o desenvolvimento da sociedade. Entre elas estão: a contribuição de oportunizar o trabalho trazendo o acesso à renda, que na compreensão de alguns é a democratização do capital. Além desses dois aspectos são apresentados ainda: a necessidade de oferecer um produto de boa qualidade, com preço diferenciado, mais justo.

Do ponto de vista subjetivo, da percepção das mudanças no campo político-ideológico os trabalhadores declaram que o empreendimento proporcionou a participação em espaços de discussão política e dizem ter aumentado a compreensão e a consciência dos direitos em suas várias instancias. Falam do acesso ao conhecimento e dos seus acréscimos, destacam a importância do trabalho coletivo e cooperado como potencializador da obtenção

de bons resultados no trabalho realizado. Além de abrir as suas mentes para reconhecer as diferenças das pessoas, valorizar o meio ambiente e o contato com as outras pessoas. Outros ainda declaram: “Vejo o mundo de outra forma, ofereço palestra de conscientização sobre o meio ambiente” ou “Aumentei a minha conscientização da necessidade de participação dos movimentos sociais”.

Quanto à articulação política desses empreendimentos com outras instituições e movimentos sociais, os dados apresentam que a maioria deles (55 unidades) estabelece relação, articulação ou parceria com outras instituições e/ou empreendimentos. Enquanto que 14 unidades não trabalham de forma articulada a nenhum tipo de organização popular ou instituição pública ou privada.

As declarações dos entrevistados com relação à forma de articulação empreendida pelos empreendimentos sejam cooperativas, associações, grupos informais, movimentos, ONGs e outros variam de acordo com o tipo de atividade a que se vinculam. Para as cooperativas, a necessidade de articulação se dá pela possibilidade de agregar forças, fortalecer a produção ou serviço desenvolvido, garantindo espaço no mercado e a manutenção do negócio, que dá sustento e garante renda mínima aos cooperados. Para as associações que em sua maioria são associações de bairro, de organização política, ou de serviços, a parceria com outras instituições e movimentos também vem fortalecer a causa, mas no sentido de garantir decisões políticas e permitir acesso a bens e serviços comunitários, geralmente públicos, que só é possível por meio da organização política daquela população. E neste caso, são priorizados os sócios contribuintes e que participam politicamente (assíduos) da vida da associação.

Os grupos informais seguem a mesma perspectiva das cooperativas sejam de produção ou de serviços e por estarem na sua maioria ainda sem registro legal precisam de articulação para legitimar o seu trabalho junto às instituições e órgãos de financiamento tanto públicos como privados, na maioria bancos, e financeiras diversas além de grandes ONGs e projetos sociais filantrópicos. Estes grupos também são dotados em sua maioria de discurso político embora o seu foco principal seja a produção principalmente no campo da arte e do artesanato e da cultura.

Os movimentos sociais, que na nossa pesquisa aparecem poucos, mesmo que assim se denominem, juridicamente são ONGs e como tal, gozam dos mesmos benefícios e passam pelos mesmos entraves que estas. Geralmente se

articulam com o governo, com universidades, órgãos financeiros ou não como SESI/SEBRAE e projetos sociais em âmbito nacional que também precisam de parceria para se consolidar e desenvolver o trabalho junto a determinado público.

Neste sentido, é possível dizer que a articulação política e as parcerias firmadas pelos 55 empreendimentos envolvidos na pesquisa, ultrapassam os interesses políticos e econômicos próprios às organizações sociais de um modo geral. Ela se firma principalmente no campo ideológico, a partir do qual os trabalhadores e os empreendimentos procuram unir forças e esforços no sentido de legitimar suas ações junto a determinados grupos e áreas sociais seja a comunidade, o governo, o mercado, o Estado, etc.

Levando-se em consideração os resultados colhidos na pesquisa *in locu* e o discurso dos trabalhadores e gestores dos empreendimentos pesquisados é possível verificar algum grau de contradição e certo limite na realidade estudada. Ou seja, ao mesmo tempo que a vivência e concretização dos princípios que norteiam a chamada economia solidária, assim como a participação política dos trabalhadores nos empreendimentos econômicos solidários podem ser pensadas como constituinte de uma lógica diferenciada da produção capitalista percebemos a grande fragilidade dos níveis de participação e de consciência política desses trabalhadores quando se fala de acesso ao poder, a bens e serviços sociais e gestão do empreendimento.

Na verdade é visível a incompreensão da realidade por parte dos trabalhadores que em sua maioria não percebem a importância do seu papel no controle da política da qual são usuários. Para muitos a política aparece muito mais como assistência/ajuda do que como política de trabalho e desenvolvimento social e econômico local.

Neste sentido as mudanças operadas pela política nos trabalhadores ainda não são satisfatórias para transformação da realidade social dos mesmos, mas no campo ideopolítico, ela tem conseguido cooptar pessoas e modos de pensar que acabam por reproduzir bem os objetivos da mesma que é de difundir nova cultura de organização social da produção e da economia local em primeira instância.

REFERÊNCIAS

ARRETCHE, M. T. S. **Tendências no estudo sobre avaliação.** In Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate/ Elizabeth Melo Rico (Org.) – São Paulo: Cortez: Instituto de Estudos Especias,1998.

ARROYO, J. C. T. & SCHUCH, F. C.. **Economia popular e solidária: a alavanca para um desenvolvimento sustentável.** 1ª ed. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

BARREIRA, M. C. R. N. **Avaliação Participativa de Programas Sociais.** Ed. Veras, SP, 2000.

CHAUÍ, M. **O Que é Ideologia.** 1980

COHEN, E. & Franco, R. 1999. **Avaliação de projetos sociais,** 3ªed. Vozes, Petrópolis - RJ.

FILHO, C. M. **Ideologia.** 9ª ed. São Paulo, Global, 1997.

GAIGER, L. I. **A Economia Solidária diante do modo de produção capitalista** (2002) – disponível em: www.ecosol.org.br/textos.quadro.htm - Acesso em: 20/12/2008.

_____ **A economia solidária no RS: viabilidade e perspectivas.** Cadernos CEDOPE, São Leopoldo, Unisinos, 1999. (ano 10, n.15).

GOMES M. F. C M. **Aspectos teóricos metodológicos da pesquisa avaliativa.** In. Silva, M. O. S. 2001(ORG). *Avaliação de Políticas e programas sociais teoria e prática,* Ed. Veras, SP.

LOWY, M. **Ideologias e Ciência Social – elementos para uma análise marxista.** 17ª ed., Cortez, São Paulo, 2006.

PEDRINI, D. M & OLIVEIRA, A.L. **A economia solidária como estratégia de**

desenvolvimento. Emancipação. UEPG. Departamento de Serviço Social. Ed. UEPG. V.1, n. 1. Paraná, 2001.

SANTOS, B. S. **Produzir para viver, os caminhos da produção não capitalista.** Rio de Janeiro – RJ. Civilização Brasileira, 2002.

SILVA, M. O. S. **Avaliação de Políticas e programas sociais teoria e prática.** Ed. Veras, SP, 2001. SILVA, Maria Ozanira Silva e (ORG).

_____ **Pesquisa Avaliativa, aspectos teóricos-metodológicos.** Ed. Veras, SP, 2008. SILVA, Maria Ozanira Silva e (et al.).

SILVA, M. G. O. **Ideologias e Serviço Social – Reconceituação Latino-americana.** São Paulo, Cortez, 1982.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária.** 1º.Ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOUSA, D. N. **Reestruturação capitalista e trabalho: notas críticas acerca da economia solidária.** Katálysis n. 11, Santa Catarina. Ed. UFSC, fev- jun, 2008.